



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 19

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

SESSÕES PREPARATÓRIAS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 4ª LEGISLATURA.

Comunico aos Srs. Senadores que no dia 10 (dez) de março próximo, às 14 horas e 30 minutos, terão início as sessões do Senado preparatórias da 4ª sessão legislativa ordinária da 4ª legislatura, de acordo com o disposto no art. 2º do Regimento Interno.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 1962. — Auro Moura Andrade, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.
Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).
1º Secretário — Vago.
2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).
3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).
4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).
1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).
2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder:
Filinto Müller (PSD).
Vice-Líderes:
Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Victorino Freire (PSD).
Looão da Silveira (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:
João Vilasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Mem de Sá (PL).
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:
Benedito Valladares.
Vice-Líderes:
Gaspar Veloso.
Victorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder:
Daniel Krieger.
Vice-Líderes:
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:
Barros Carvalho.
Vice-Líderes:
Nelson Maculan.
Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:
Mem de Sá.
Vice-Líder:
Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:
Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:
Lino de Mattos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Victorino Freire — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Eugênio Barros — Maranhão.
6. Menezes Pimentel — Ceará.
7. Ruy Carneiro — Paraíba.
8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9. Silvestre Péricles — Alagoas.
10. Ary Vianna — Espírito Santo.

11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.

12. Gilberto Marinho — Guanabara.

13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.

14. Moura Andrade — São Paulo.

15. Gaspar Veloso — Paraná.

16. Alô Guimarães — Paraná.

17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.

18. Benedito Valladares — Minas Gerais.

19. Filinto Müller — Mato Grosso.

20. Juscelino Kubitschek — Goiás.

21. Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.

2. Zacarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.

4. Fernandes Távora — Ceará.

5. Reginaldo Fernandes — Rio.

6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.

7. João Arruda — Paraíba.

8. Afrânio Lages — Alagoas.

9. Rui Palmeira — Alagoas.

10. Heribaldo Vieira — Sergipe.

11. Ovídio Teixeira — Bahia.

12. Del Caro — Espírito Santo.

13. Afonso Arinos — Guanabara.

14. Padre Calazans — São Paulo.

15. Inácio Bernhausen — Santa Catarina.

16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.

17. Milton Campos — Minas Gerais.

18. João Vilasboas — Mato Grosso.

19. Lopes da Costa — Mato Grosso.

20. Connera Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo Lima — Amazonas.
2. Mathias Olympio — Piauí.
3. Leônidas Mello — Piauí.
4. Fausto Cabral — Ceará.
5. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
6. Barros Carvalho — Pernambuco.
7. Lourival Fontes — Sergipe.
8. Lima Teixeira — Bahia.
9. Calado de Castro — Guanabara.
10. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
11. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
12. Nelson Maculan — Paraná.
13. Saulo Ramos — Santa Catarina.
14. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novêes Filho — Pernambuco.
2. Aloisio de Carvalho — Goiás.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Mattos — São Paulo.
1. Paulo Fender — Pará.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOV

SEM LEGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	21
UDN	10
PTB	14
PL	5
PSP	1
PLN	1
MTR	1
S. Legend	1
Vago	1

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Gilberto Marinho.

Argemiro Pigueiredo.

Novaes Filho.

Marianas Olympio.

Guido Mondim.

Reginaldo Fernandes

Secretário: Evandro Mendes Viana.

Diretor-Geral.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Péricles (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Lourival Pontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).

Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).

2. Freitas Cavalcanti (UDN).

3. João Arruda (UDN).

4. João Villasboas (UDN).

1. Ary Vianna (PSD).

2. Benedito Valladares (PSD).

3. Vago.

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Vivaldo Lima (PTB).

3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).

Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Tavora (UDN).

Sergio Marinho (UDN).

Del Caro (UDN).

João A. da (UDN).

Alô Guimarães (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).

2. Joaquim Parente (UDN).

3. Irineu Bornhausen (UDN).

4. Ovidio Teixeira (UDN).

5. Eugênio Barros (PSD).

2. Vago.

3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).

2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quarta-feiras, às 15,30 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Agricultura

TITULARES

Nelson Maculan, Presidente (PTB).

Eugênio Barros, Vice-Presidente (PSD).

Alô Guimarães (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Ovidio Teixeira (UDN).

Mourão Vieira (UDN).

Paulo Fernandes (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

(UDN).

1. Lopes da Costa.

2. Joaquim Parente.

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico.

2. Lobão da Silveira

3. Vago.

PTB

1. Saulo Ramos.

2. Lima Teixeira.

Secretária: Maria de Lourdes Ob-
tos, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (P.
S. P.).Padre Calazans, Vice-Presidente
(UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).

Reginaldo Fernandes (UDN).

Arlindo Rodrigues (PTB).

Saulo Ramos (PTB).

Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).

2. Lino Matos (PTN).

1. Lobão da Silveira (PSD).

1. Paulo Fender (PTB).

2. Paulo Fernandes (PSD).

2. Lima Teixeira

1. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário ad-hoc: Eurico Jacy Au-
ler, Oficial Legislativo.Reuniões: Quartas-feiras, às 16
horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Daniel Krieger, Presidente (UDN).

Ary Vianna, Vice-Presidente (PSD).

Irineu Bornhausen (UDN).

Fernandes Tavora (UDN).

Dix-Huit Rosado (UDN).

Lopes da Costa (UDN).

Gaspar Velloso (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Lobão da Silveira (PSD).

Barros Carvalho (PTB).

Eugênio Barros (PSD).

Mem de Sá (PL).

Fausto Cabral (PTB).

Filinto Müller (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).

2. Joaquim Parente (UDN).

3. Ruy Carneiro (UDN).

4. Coimbra Bueno (UDN).

5. João Arruda (UDN).

6. Del Caro (UDN).

1. Silvestre Péricles (PSD).

2. Ruy Carneiro (PSD).

3. Jarbas Maranhão (PSD).

4. Menezes Pimentel (PSD).

5. Pedro Ludovico (PSD)

6.

1. Vivaldo Lima (PTB).

2. Arlindo Rodrigues (PTB).

Sebastião Archer (PSD).

3. Paulo Fender (PTB).

4. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida
Chermont, Oficial Legislativo.Reuniões: Quintas-feiras, às 18 ho-
ras.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente
(PTB).

Lima Teixeira, Presidente (PTB).

Lino de Matos (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Mourão Vieira (UDN).

Menezes Pimentel (PSD).

Miguel Couto (PTB).

Paulo Fender (PTB).

Vago

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).

2. Padre Calazans (UDN).

3. Heribaldo Vieira (UDN).

1. Paulo Fernandes (PSD).

2. Lobão da Silveira (PSD).

3. Sebastião Archer (PSD).

1. Barros Carvalho (PTB).

2. Lourival Pontes (PTB).

3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira
Filho, Oficial Legislativo.Reuniões: Quintas-feiras, às 16
horas.Comissão de Relações
Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).

Rui Palmeira, Vice-Presidente
(UDN).

Afrânio Lages (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Benedito Valladares (UDN).

Gaspar Velloso (PSD).

Paulo Fernandes (PSD).

Lourival Pontes (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).

Victorino Freire (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).

2. Venâncio Igrejas (UDN).

3. Sergio Marinho (UDN).

1. Menezes Pimentel (PSD).

2. Jefferson de Aguiar (PSD).

3. Ary Vianna (PSD).

1. João Mendes (PTB).

2. Barros Carvalho (PTB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretário: Eurico Jacy Auler, Ofi-
cial Legislativo.Reuniões: Terças-feiras, às 16,00
horas.Comissão de Serviço Público
Civil

TITULARES

Mourão Vieira, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente
(PSD).

Joaquim Parente (UDN).

Paulo Fender (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).

Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).

2. Padre Calazans (UDN).

1. Ruy Carneiro (PSD).

2. Benedito Valladares (PSD).

1. Nelson Maculan (PTB).

2. Fausto Cabral (PTB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Ofi-
cial Legislativa.Reuniões: Quartas-feiras, às 15,00
horas.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Diretora

3ª REUNIAO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1962
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINARIA)

Sob a presidência do Sr. Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Gilberto Marinho, 1º Secretário; Argemiro Figueiredo, 2º Secretário, Novaes Filho, 3º Secretário, Guido Mondim, 1º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

A ata da reunião anterior é lida e, sem debate, aprovada.

O Sr. Presidente agradece, inicialmente, o voto de pesar que na ata anterior fora consignado, em virtude do falecimento de seu genitor.

Acrescenta Sua Excelência que seu pai foi, realmente, um grande fundador e entre suas obras mais comoventes e bela estava, justamente, a família. E em nome dela, também, que agradece a (ao) bons companheiros que por tantos anos o distinguem com uma amizade que já não encontra limite no seu reconhecimento.

A fim de substituir o Arquivologista, PL-4, Manoel Jose de Souza, posto à disposição da Prefeitura, a Comissão nomeia, interinamente, nos termos do art. 73, da Resolução nº 6, de 1960, Gilson de Mendonça Henriques.

A seguir, o Sr. 3º Secretário procede à leitura dos seguintes pareceres: Tendo examinado o Balancete relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1961, encontrando todas as despesas autorizadas pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, de acordo com os artigos ns. 50, letra d, 51, letra i e 402, letra b, do Regimento Interno, que foi apresentado pelo Senhor Diretor-Geral, acompanhado dos documentos ns. 719 a 996, e do Livro Caixa, e verificada a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 59.511.136,30 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e onze mil, cento e trinta e seis cruzeiros e trinta centavos), que passa para o exercício seguinte, sou de Parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Evandro Mendes Vianna.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1962. — Novaes Filho.

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

Balancete Referente aos Meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1961

RECEITA:

	Cr\$	Cr\$
Outubro 1 — Saldo do trimestre anterior	114.635.779,90	
20 — p/indenização motorista Nelson Lima Davel p/danos auto DKW	36.000,00	
Dezembro — 9 — p/4ª prestação trimestral	39.563.925,00	
29 — p/juros Caixa Econômica Federal Rio de Janeiro Conta 82 SL 1º Semestre 1961	17.775,90	
29 — p/juros Caixa Econômica Federal Rio de Janeiro Conta 82 SL 2º Semestre 1961	18.042,60	
30 — p/juros Banco Brasil Conta PP-5D 2º Semestre 1961	1.120.224,80	155.391.748,20

DESPESA:

Outubro — Documentos de ns. 719 a 818	14.455.776,60	
Novembro — Documentos de ns. 819 a 908	27.554.211,70	
Dezembro — Documentos de ns. 909 a 996	53.870.623,60	95.880.611,90
Saldo p/o exercício seguinte	59.511.136,30	
		155.391.748,20

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade do Senado Federal, em 31 de dezembro de 1961. — Jorge Paiva do Nascimento, Chefe da Seção Financeira — Jayme Corrêa de Sá, Aux. Port. "PL-2" — Luiz do Nascimento Monteiro, Diretor da Contabilidade.

Tendo examinado o Balancete relativo ao exercício de 1961, encontrando todas as despesas autorizadas pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, de acordo com os artigos ns. 50, letra d, 51, letra i e 402, letra b do Regimento Interno, que foi apresentado pelo Senhor Diretor-Geral, acompanhado dos documentos de números 1 a 996, e do Livro Caixa, e verificando a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 59.511.136,30 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e onze mil, cento e trinta e seis cruzeiros, e trinta centavos), que passa para o exercício seguinte, sou de parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Evandro Mendes Vianna.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1962. — Novaes Filho.

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

Balanco Relativo Exercício de 1961

RECEITA:

	Cr\$	Cr\$
Janeiro 1 — Saldo do exercício anterior	83.359.126,60	
Fevereiro 1 — p/juros Banco do Brasil Conta PP-5D 2º Semestre 1960	284.670,00	
Março 8 — p/devolução adiantamentos Luiz do Nascimento Monteiro	132.079,90	
24 — p/devolução saldo referente documento 117, de 7-2-61	5.225,00	
Abril 18 — p/1ª prestação trimestral	57.683.925,00	
Maio 4 — p/devolução ajuda custo esp visita Cuba Sr. Sen. João M. Olympio de Mello	100.000,00	
26 — p/transferência p/"Saldo Disponíveis" Verba construção Edifício Sede Senado Federal, no Rio de Janeiro	20.782.612,20	
Junho 6 — p/indenização danos auto chapa 9-2918	8.000,00	
14 — p/2ª prestação trimestral	39.563.925,00	

30 — p/juros Banco Brasil Conta PP-5D 1º Semestre 1961	787.897,00	
Julho 25 — p/indenização danos auto n° 9.9850	3.000,00	
Agosto 23 — p/"Restos a Pagar" 1960	49.741.906,30	
25 — p/devolução ajuda custo especial Sr. Sen. Paulo Fender, reunião Governador Estados do Norte	60.000,00	
29 — p/3ª prestação trimestral	39.563.925,00	
Outubro 20 — p/indenização motorista Nelson Lima Davel por danos auto DKW	36.000,00	
Dezembro 9 — p/4ª prestação trimestral	39.563.925,00	
29 — p/juros Caixa Econômica Federal Rio de Janeiro Conta 82-SL 1º Semestre 1961	17.775,90	
29 — p/juros Caixa Econômica Federal Rio de Janeiro Conta 82-SL 2º Semestre 1961	18.042,60	
30 — p/juros Banco Brasil Conta PP-5D 2º Semestre 1961	1.120.224,80	332.332.280,30

DESPESA:

Janeiro — Documentos de ns. 1 a 53	13.090.971,60	
Fevereiro — Documentos de ns. 54 a 156	13.721.834,50	
Março — Documentos de ns. 157 a 308	9.645.325,60	
Abril — Documentos de ns. 309 a 271	11.854.109,70	
Maio — Documentos de ns. 272 a 375	29.677.567,80	
Junho — Documentos de ns. 386 a 465	10.812.466,60	
Julho — Documentos de ns. 466 a 535	19.371.668,00	
Agosto — Documentos de ns. 536 a 634	27.032.327,10	
Setembro — Documentos de ns. 635 a 718	42.234.241,20	
Outubro — Documentos de ns. 719 a 818	14.455.776,60	
Novembro — Documentos de ns. 819 a 908	27.554.211,70	
Dezembro — Documentos de ns. 909 a 996	53.870.623,60	273.321.134,00
Saldo p/o exercício seguinte	59.511.136,30	
		332.332.280,30

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade do Senado Federal, em 31 de dezembro de 1961. — Jorge Paiva do Nascimento, Chefe da Seção Financeira — Jayme Corrêa de Sá, Aux. Port. "PL-3" — Luiz do Nascimento Monteiro, Diretor da Contabilidade.

Tendo examinado o Balancete relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1961, Crédito Especial aberto pela Lei 3.737 de 28-2-1960, encontrando todas as despesas autorizadas pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, de acordo com os artigos ns. 50, letra d, 51, letra i e 402, letra b do Regimento Interno, que foi apresentado pelo Senhor Diretor-Geral, acompanhado dos documentos de ns. 49 a 52, e do Livro Caixa, e verificando a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 42.942.555,20 quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco cruzeiros e vinte centavos, que passa para o exercício seguinte, sou de Parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Evandro Mendes Vianna.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1962. — Novaes Filho.

Cópia do Balancete a que se refere o parecer supra:

Balancete Referente aos Meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1961
(Lei 3.737, de 28 de março de 1960)

RECEITA:

	Cr\$	Cr\$
Outubro 1 — Saldo do trimestre anterior	44.250.543,00	
5 — p/sinal e prestações autos Senhores Senadores	212.087,20	
24 — p/prestação outubro auto ex-Sen. Taciano C. Mello	6.993,60	
31 — p/saldo e prestações autos Senhores Senadores	253.613,80	
Dezembro 27 — p/juros Caixa Econômica Federal-Brasília Conta 1043 SL 2º Semestre 1961	512.348,60	
Dezembro 31 — p/sinal 10% auto Sr. Sen. Eugênio Barros e prestações autos Srs. Sers. Venâncio Igrejas (18ª e 9ª), Lima Guimarães (18ª e 19ª) e Antônio Vivacqua (19ª)	139.572,60	
31 — p/sinal aquisição auto "Aero-Willis" Sr. Sen. Filinto Müller	361.000,00	45.265.140,70

Outubro — Estornos importâncias débito aquisição autos Srs. Senadores Jarbas Maranhão e Eugênio Barros	249.518,50	
Novembro — Documentos de ns. 40 a 81	1.162.079,40	
Dezembro — Documentos de nº 52	931.060,00	2.892.534,50
Saldo p/o trimestre seguinte	42.942.555,20	
		45.265.140,70

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade do Senado Federal, em 31 de dezembro de 1961. — Jayme Corrêa de Sá, Aux. Port. "PL-9" — Jorge Paiva do Nascimento, Chefe da Seção Financeira — Luiz do Nascimento Monteiro, Diretor da Contabilidade.

Tendo examinado o Balanço relativo ao exercício de 1961, Crédito Especial aberto pela Lei nº 3.737 de 28-3-60, encontrando todas as despesas autorizadas pelo Senhor Vice-Presidente do Senado, de acordo com os artigos ns. 50, letra d, 51, letra i e 402, letra b do Regimento Interno, que foi apresentado pelo Senhor Diretor-Geral, acompanhado dos documentos de ns. 1 a 52 e do Livro Caixa, e verificado a exatidão das contas e o saldo de Cr\$ 42.942.555,20 (quarenta e dois milhões, novecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e vinte centavos) que passa para o exercício seguinte, sou de Parecer que a Comissão Diretora deva aprovar a prestação de contas do Senhor Diretor-Geral, Doutor Evandro Mendes Vianna.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1962. — *Novas Filho*.
Cópia do Balanço a que se referiu o parecer supra:

Balanço Relativo ao Exercício de 1961

(Lei 3.737, de 23 de março de 1960)

RECEITA:

	Cr\$	Cr\$
Janeiro 1 — Saldo do exercício anterior	100.220.641,10	
Fevereiro 1 — p/sinal auto Sr. Sen. Saulo Ramos	105.173,50	
1 — p/sinal e prestações autos Srs. Senadores	566.413,00	
21 — p/9ª prestação autos Srs. Senadores Lima Guimarães, Atílio Vivacqua	28.621,20	
Março 6 — p/recolhimento sinal 10% auto Sr. Sen. Paulo Fernandes	90.539,50	
Março 9 — p/recolhimento prestações fev. março e abril auto ex-Sen. Taciato de Mello	20.980,00	
9 — p/recolhimento 10ª prestação auto Sr. Sen. Atílio Vivacqua	13.897,20	
1 — p/recolhimento 10ª prestação auto Sr. Sen. Lima Guimarães	14.634,00	
15 — p/sinal 10% auto Sr. Sen. Paulino Lopes da Costa	103.770,00	
— p/sinal e prestações autos Srs. Senadores	112.441,20	
— p/prestações restantes auto Sr. Sen. Moura Andrade	491.712,40	
— p/prestações restantes auto Sr. Sen. Lourival Fontes	491.712,40	
14 — p/sinal 10% auto Sr. Sen. Joaquim Parente	68.400,00	
— p/11ª, 12ª e 13ª prestações auto Sr. Sen. Afonso Arinos	38.819,10	
3 — p/recolhimento prestações autos Srs. Sns. Filinto Müller (4ª), Atílio Vivacqua (12ª e Lima Guimarães (12ª)	128.621,20	
25 — p/saldo auto "DKW-Vemag" Sr. Sen. Fausto Cabral	239.578,00	
25 — p/sinal aquisição auto Sr. Sen. Fausto Cabral	160.000,00	
Junho 1 — p/juros Caixa Econômica Federal Conta 1.043 SL	114.375,40	
2 — p/prestações auto ex-Sen. Taciato de Mello (maio, junho e julho)	20.980,80	
8 — p/saldo aquisição auto Sr. Sen. Paulo Fender	237.782,40	
16 — p/13ª prestação autos Srs. Sns. Atílio Vivacqua e Lima Guimarães	28.621,20	
19 — p/recolhimento parcelas prestações aquisição autos Srs. Senadores (jan. fev. março e abr.)	3.255.471,90	
21 — p/sinal 10% aquisição auto Sr. Sen. Paulo Fender	64.850,00	
Julho 5 — p/recolhimento prestações autos Srs. Sns. nov. 1960	823.369,00	
28 — p/14ª, 15ª e 16ª prestações autos Sr. Sen. Afonso Arinos	38.819,10	
Agosto 7 — p/saldo devedor aquisição auto Sr. Sen. Jarbas Maranhão	420.250,50	
11 — p/prestação agosto aquisição auto ex-Sen. Taciato de Mello	6.993,60	
Setembro 1 — p/14ª prestação autos Srs. Sns. Atílio Vivacqua e Lima Guimarães	28.621,20	
1 — p/saldo e prestações autos Srs. Senadores	448.871,70	
8 — p/saldo aquisição auto Sr. Sen. Jorge Maynard	195.820,80	
Setembro 12 — p/saldo aquisição auto Sr. Sen. Coimbra Bueno	362.313,40	
12 — p/saldo aquisição auto Sr. Sen. Eugênio Barros	329.265,00	
12 — p/17ª, 18ª, 19ª e 20ª prestações auto Sr. Sen. Afonso Arinos	51.758,80	
18 — p/prestação setembro auto ex-Senador Taciato de Mello	6.993,60	
14 — p/saldo e prestações autos Srs. Senadores	357.876,20	
26 — p/sinal 10% aquisição auto Sr. Sen. Afrânio Lages	98.100,00	
Outubro 5 — p/sinal e prestações autos Srs. Senadores	213.387,20	
24 — p/prestação outubro auto ex-Senador Taciato de Mello	6.993,60	
31 — p/saldo e prestações autos Srs. Senadores	253.613,80	
Dezembro 27 — p/juros Caixa Econômica Federal Brasília Conta 1.043 SL, 2º Semestre 1961	512.348,50	
31 — p/sinal 10% auto Sr. Sen. Eugênio Barros e prestações autos Srs. Sns. Venâncio Igaras (6ª e 9ª), Lima Guimarães (18ª e 19ª) e Atílio Vivacqua (10ª)	135.572,60	
31 — p/sinal aquisição auto "Aero-Wings" Sen. Filinto Müller	137.572,60	
	361.080,00	111.461.744,90

DESPESA:

Janeiro — Documentos de ns. 1 a 6	6.914.808,80	
Fevereiro — Documentos de ns. 7 a 19	10.689.566,50	
Março — Documentos de ns. 20 a 26	6.185.052,30	
Abril — Documentos de ns. 27 a 29	6.133.179,70	
Maio — Documentos de ns. 30 a 33	8.224.305,90	
Junho — Documento de ns. 34 a 43	12.967.211,20	
Julho — Documentos de ns. 44 a 48	7.648.329,50	
Agosto — Documentos de ns. 47 a 48	6.864.111,50	
Outubro — Estornos importâncias débito aquisição autos Srs. Senadores Jarbas Maranhão e Eugênio Barros	749.515,50	
Novembro — Documentos de ns. 49 a 51	1.162.079,00	
Dezembro — Documento de ns. 52	981.000,00	60.519.189,70
Saldo p/o exercício seguinte		42.942.555,20
		111.461.744,90

Seção Financeira da Diretoria da Contabilidade do Senado Federal, em 31 de dezembro de 1961. — *Jayme Corrêa de Sá*, Aux. Port. "PL-9" — *Jorge Paiva do Nascimento*, Chefe da Seção Financeira — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Diretor da Contabilidade.

As contas são aprovadas, dando a Comissão plena quitação ao Diretor-Geral.

Passando ao exame das demais matérias, é indeferido requerimento em que Almyr Hypólito de Oliveira, concessionário da Barbearia, solicita maior auxílio.

E, igualmente, indeferido o de Paulo Weguelin Delpéch e Abel Ferraz Macedo pedindo elevação de vencimento. Entende a Comissão que, tendo sido o enquadramento aprovado pelo plenário, somente ele o poderia alterar.

Em seguida, atendendo à natureza dos serviços prestados por José Latta, a Comissão eleva para Cr\$ 24.000,00 o seu "Pro-Labore", bem como de Lázaro Pereghetti e Jerônimo Afonso de Azevedo.

Decidiu, ainda, sobrestar as admissões no Quadro da Secretaria, considerando que estava a findar-se o seu mandato e bem assim a convocação extraordinária.

Por fim, a Comissão resolve criar uma "Comissão de Classificação de Cargos", com atribuições consultivas, cabendo-lhe opinar sobre os processos e reclamações ou postulações de qualquer natureza, relativos à classificação de cargos dos funcionários do Senado Federal.

São nomeados para comporem a aludida Comissão o Diretor-Geral da Secretaria do Senado, Evandro Mendes Vianna; o Secretário-Geral da Presidência, Isaac Brown; a Vice-Diretora-Geral Administrativa, Nilton Borges Seal; a Diretora do Pessoal, Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiwa; o Assessor Legislativo, Pedro Cavalcanti d'Albuquerque Neto.

Concluindo, a Comissão concede 180 dias de licença para tratamento de saúde a Waldemar Pinna; Motorista, PL-10, atendendo ao proposto pelo Serviço de Biometria Médica.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral e Secretário da Comissão a presente ata.

ATA DA 23ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1962

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E MATHIAS OLYMPIO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Paulo Coelho — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Silvestre Peixões — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Del Claro — Cuiado de Castro — Moura Andrade — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Nelson Magalhães — Saulo Ramos — Mem de Sá — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 24 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido.

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lobão da Silveira.

O SR. LOBÃO DA SILVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui daqueles que, desde o primeiro momento propugnaram pela mudança da Capital para Brasília.

Aqui resido e daqui, desde a inauguração da nova Capital, ainda não saí.

É lógico e justo que todos aqueles que se acham arraigados e vinculados a Brasília pugnem pelos seus interesses e sua destinação como cidade e Capital da República.

O Rio de Janeiro, será sempre, para nós, a Cidade Maravilhosa, a *Belacap*, com encantos excepcionais. Mas, não podemos permitir que os melhoramentos, as obras, os serviços destinados à Capital do País sejam transferidos para a *Belacap*. Quando se construiu Brasília, foi organizada uma planta para um grande e moderno aeroporto, visto que o atual serviria provisoriamente.

Hoje, chega-nos a notícia — através de um editorial do "Correio Braziliense", de que o aeroporto planejado e traçado para Brasília será construído no Rio de Janeiro, onde já existem dois, o Santos Dumont e o do Galeão.

Sr. Presidente, da tribuna do Senado, dirigimos um apelo ao Sr. Prefeito de Brasília, Embaixador Sette Câmara, que se tem mostrado grande amigo desta cidade, administrador capaz, eficiente e honesto e de larga visão, para não permitir perca a Nova Capital do País o seu aeroporto visto como o atual não comportará por muito tempo, o crescente e já grande movimento de uma capital que se ergue, como Brasília, a Capital da Esperança e dos grandes destinos da nossa Pátria.

Estas, Sr. Presidente, as palavras que tenho a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender. (Pausa). Não está presente. Não há mais oradores inscritos. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em face da falta de "quorum", deixa de ser votada toda a Ordem do Dia, por ser constituída de matérias em votação e com a discussão encerrada.

Picam, portanto, sem efeito os Requerimentos de Urgência números 53 e 42.

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se sobre a Mesa o Relatório da Presidência, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Relatório da Presidência

Referente aos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 4ª legislatura, de 1ª a 28 de fevereiro de 1962, apresentado no ato do seu encerramento, pelo Presidente, em exercício

SENADOR MOURA ANDRADE.

(Será publicado em suplemento).

O SR. PRESIDENTE:

Cabe ainda fazer aos Srs. Senadores uma rápida exposição sobre o problema administrativo da Casa. Durante esse período foram preparadas as salas para todos os líderes, inclusive para a do Movimento Trabalhista Renovador, agremiação do nobre Senador Paulo Fender. Foram instalados inúmeros melhoramentos no edifício do Senado. O Serviço de Limpeza chegou a condições realmente excelentes, tanto no edifício principal como no anexo, conforme os Senhores Senadores têm verificado. Foi totalmente renovada a frota de veículos do Senado Federal. O índice de disciplina dos funcionários é extremamente elevado e a pontualidade do serviço alcançou, também, o mais alto índice durante o período que estamos encerrando. Da mesma maneira foi excepcional o índice de frequência do funcionalismo da Casa, sendo de assinalar a acentuada diminuição de despesas com o pessoal, em virtude das providências que a Mesa Diretora adotou no que se refere à percepção de sessões extraordinárias e de outros pagamentos; essas medidas, foram aceitas com extrema satisfação por todos os servidores, absolutamente integrados no espírito da Instituição.

Foram, também, organizadas salas para Comissões no edifício principal, inclusive uma sala plenária neste edifício, da mesma maneira que foram destinadas aos Presidentes das Comissões, salas próprias para seus trabalhos. Foi feita a instalação de todos os serviços móveis da Portaria e Correios no edifício anexo. Também foi instalada uma dependência do Correio no andar do plenário, próxima do salão nobre, para servir aos Senhores Senadores.

Também se procedeu à instalação do serviço de Telex, no Gabinete do Diretor Geral, em conexão com todos os organismos do País, que possuem aparelho receptor. Foi organizado o Serviço de Secretarias e Audiências para Senadores, no Salão Nobre; foi instituído o relógio de ponto para todos os funcionários. Ainda neste período de convocação extraordinária, foram obtidos setenta e nove novos apartamentos para distribuição a funcionários e Senadores; foi efetuada a compra do aparelho eletrônico para o Serviço de Radiodifusão do Senado e instalado esse Serviço no 16º andar do Anexo, com cabines pa-

rara Senadores, oficina de reparos e almoxarifado.

Inúmeras outras providências foram adotadas, no setor administrativo. Vale notar, entretanto, que, no dia de hoje, o Senado dispõe, em Caixa, os seguintes saldos:

Saldo de dotações orçamentárias — Cr\$ 129.042.163,80.

Saldo da Caixa nº 2 — Verba de mudança para Brasília — Cr\$ 45.445.174,70.

Prestação das dotações orçamentárias para o 1º Período do corrente Exercício — Cr\$ 116.065.000,00.

Saldo no dia de hoje — Cr\$ 290.552.338,50.

O saldo do Senado nesta data é resultante das medidas de compressão de despesas e de melhor aplicação das verbas, no exercício das atividades do Senado Federal.

Neste instante, cabe-me felicitar, de maneira especial, os seguintes funcionários: o Diretor-Geral da Secretaria, o Diretor da Contabilidade e o Chefe da Seção Financeira, a saber: Dr. Evandro Mendes Vianna, Luiz do Nascimento Monteiro e Jorge Paiva do Nascimento, bem como todos os Diretores da Serviço, que possibilitaram a execução orçamentária do Senado pela forma como acaba de ser narrada aos Srs. Senadores.

Por último, faço nesta sessão de encerramento menção especial ao Secretário-Geral da Presidência que foi, por todos os motivos, a grande figura do funcionalismo na Sessão Legislativa Ordinária, e na convocação extraordinária, que estamos encerrando. O Dr. Isaac Bron, particularmente em agosto de 1961, foi o sustentáculo da Mesa, não apenas do Senado Federal como do Congresso Nacional; conseguiu a mobilização permanente de pessoal, dias e noites consecutivos, para os trabalhos da secretaria e para o assessoramento indispensável aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e aos Membros da Mesa.

Assim, no momento em que encerramos mais esta Sessão Extraordinária, cumpre-me o dever de justiça de ressaltar a contribuição que me prestaram e ao Senado Federal os funcionários que acabo de citar.

Quero ainda, de maneira especial, agradecer a todo o funcionalismo, principalmente pela alta compreensão demonstrada, durante todo o período em que tivemos a satisfação de presidir a Comissão Diretora, dos deveres que lhe são inerentes.

E' realmente excepcional o índice de disciplina, de compressão e de rentabilidade do serviço alcançado pelos servidores do Senado Federal.

Homem experimentado numa empresa privada, posso afirmar aos Senhores Senadores que, pela primeira vez, consigo encontrar, no caso de um ano de trabalho, índice de rentabilidade, em um Serviço Público, perfeitamente igual ao de qualquer iniciativa privada e, em muitos aspectos, superior ao índice de rentabilidade do trabalho obtido nas iniciativas privadas.

Devo, pois, um agradecimento e um elogio público, que neste instante faço, ao funcionalismo do Senado Federal.

Desejo ainda agradecer à Banca de Imprensa aqui credenciada o serviço que prestou à Democracia, operando junto ao Senado Federal e ao Congresso Brasileiro. Estão os seus componentes ainda mal alojados nesta Casa. Não houve tempo para realizarmos a indispensável instalação de um eficiente serviço de imprensa, para divulgação dos trabalhos do Senado em todo o país. Os Srs. jornalistas têm sido sacrificados, mas têm compreendido que havia uma ordem prioritária para a organização interna dos trabalhos do Senado.

A Presidência espera que a nova Mesa que se vier a constituir cumpria esta parte — única à qual não podemos, realmente, dar a ênfase de-

sejada — providenciando a instalação de todo o serviço de Imprensa logo no início da Sessão Legislativa ordinária a instalar-se a 15 de março.

Por último, quero agradecer aos Senhores Senadores todo o apoio recebido pela Mesa e, sobretudo, ressaltar o comparecimento dos ilustres membros desta Casa, nesta sessão extraordinária. O Senado, desde o instante inicial, já no dia seguinte à instalação dos trabalhos extraordinários, tinha "quorum" necessário às deliberações.

A Sessão Extraordinária que ora encerramos, foi ontem comentada pelo Sr. Senador Mem de Sá. Verificamos, entretanto, no que toca ao Senado, que foi possível realizar um trabalho de alta significação. O relatório que está sendo distribuído aos Srs. Senadores fará bem a todas a descrição dos trabalhos aqui realizados. No que se refere aos projetos consignados expressamente no ato convocatório cumpre assinalar que o da Reforma Agrária não se acha no Senado, e o relativo à da Remessa de Lucros está em andamento, tendo sido constituída uma Comissão Mista de Deputados e Senadores que estudam a matéria com prudência. Assim, a cooperação do Senado na feitura dessa lei será dada em termos convenientes ajustados aos interesses nacionais.

Essa comissão, integrada pelos mais ilustres membros desta e da outra Casa do Congresso, e presidida por um Deputado, tem os seus trabalhos adiantados. Esperamos pois, na Sessão ordinária, poder iniciar a discussão da matéria em plenário e sua votação.

Do mesmo modo, a Lei Complementar do Atô Adicional está neste instante redatada, brilhantemente relatada, e recebeu Emenda, já em estudo na Comissão competente, devendo na Sessão Ordinária ser concluído esse trabalho.

Todos os demais projetos e Mensagens de apreciação específica do Senado foram examinados. Basta lembrar as Mensagens relativas à designação dos chefes de Missão Diplomática, cujo crime é ter ido à Casa, que, enviadas em grande número, na Sessão Extraordinária, foram todas votadas. Isso demonstra a permanência do "quorum" para a deliberação por parte do Senado.

Assim, no que se refere ao Senado Federal, podemos estar plenamente satisfeitos com os trabalhos desta Sessão extraordinária de fevereiro, convocada pela Câmara dos Srs. Deputados.

Esta Presidência alimenta a esperança de que também a Câmara dos Deputados tenha obtido um profícuo resultado de seus trabalhos neste período, seja nas Comissões, seja no Plenário, como o conseguiu o Senado Federal.

A sessão será suspensa por dez minutos para que seja lavrada a respectiva ata que, logo após, será submetida à aprovação do Plenário.

Antes de suspendê-la, qualquer Sr. Senador que o desejar poderá ocupar a tribuna.

O SR. VICTORINO FREIRE:

Sr. Presidente, peço a palavra — pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, antecorrem compareceu a esta Casa, para responder às críticas que fiz à sua conduta no Ministério da Agricultura, o Sr. Armando Monteiro.

Desejo de início, Sr. Presidente, fazer um reparo: a norma aqui adotada, nos deveres em que exerceo meu mandato, é a de um Ministro só

comparecer para falar no Senado por convocação da Casa. Quando o Titular de alguma Pasta deseja fazer uma exposição ou discutir algum problema, comunica sua intenção ao Presidente do Senado que marca dia e hora para o seu comparecimento.

Ora, de surpresa chegou a esta Casa o Ministro Armando Monteiro, entendeu-se com a Mesa e ocupou a tribuna. Se não fôra o aviso que me deu o meu nobre e eminente colega, Senador Heribaldo Vieira, S. Exa. aqui falaria sem que o Senador e a Bancada interessados no assunto que abordou tomassem conhecimento do ocorrido.

Por isso, antes de fazer algumas considerações a respeito da fala do Sr. Armando Monteiro, que respondi, pediria a V. Exa., Sr. Presidente, fixasse uma norma para o comparecimento de Ministros a esta Casa. Mesmo no regime parlamentar — e eu me guio pelo conselho sempre sábio do nobre Senador Mem de Sá — um membro do Conselho pode vir ao Senado a qualquer momento, mas para falar sobre matéria que esteja na Ordem do Dia. No caso, tratava-se de matéria de natureza pessoal e um pouco o Ministro da Agricultura aqui falaria sem que eu me encontrasse no Senado.

Confesso, Sr. Presidente, com absoluta tranquilidade — tranquilidade de quem ainda sempre com a verdade e, no meu entender, com a justiça — que não me foi difícil, mesmo apressado de surpresa, responder em cima da bucha ao Ministro Armando Monteiro. Entretanto, S. Exa. ainda não entende de regime parlamentarista, apesar de Ministro no sistema parlamentar de Governo. Nem sequer entende também do regime presidencialista, pois mal acabou a sua exposição foi logo se levantando e querendo para sair. Foi preciso que um colega lhe dissesse que tinha de ouvir a interposição do Senador.

Assim, como integrante do Senado da República, que não é dependência da Câmara do Sr. Ministro, onde S. Exa. pode decretar dia santo e feriado, dirijo esta reclamação à Mesa. Não a fiz imediatamente nem levanti questão de ordem para esclarecer se o Ministro podia falar naquelas condições, sem marcar dia e hora, por motivos: primeiro, para não rebaixar o Senado, levando-o a cometer uma indecência; segundo e principalmente porque poderia parecer que eu regia a um debate com o Sr. Ministro, quando a S. Exa. todas as críticas, felicitações e as reivindicações para julgamento da minha correlegião: nós, do Maranhão, não consideramos S. Exa. o Sr. Armando Monteiro, um Ministro pessoalista.

Declaro, desta tribuna, que combateria e criticaria S. Exa. enquanto fôsse Ministro, porque o julgamento ao Ministro é a administração é ineficiente e o Ministério não funciona, porque S. Exa. não entende do assunto.

Sr. Presidente, tenho visto, de vez em quando, ocorrer a pasta da Agricultura um usineiro. Ora, um usineiro não pode conhecer todos os problemas agrícolas; é, quando muito, entende de plantar cana e o Sr. Armando Monteiro nunca plantou cana. S. Exa. é rico, independente, nasceu em berço de ouro, não conheceu a vida nas suas dificuldades e nos seus assaltos, como eu, que marcheiquele sertão adusto, castigado pela inconsciência da natureza abrupta, vindo, todos os dias, desabar sobre aquela região os terríveis fenômenos climáticos.

Educo com recursos retirados por meu pai de uma fazenda que se pretaria melhor a uma estação experimental de britadores do que para a agricultura, cheguei até a esta Casa em animal próprio, animal magro, mas próprio; não vim de garupa. Quero, por isso sugerir à Mesa para que de

futuro, um Ministro não compareça para falar a não ser com aviso prévio, ou por convocação da Casa.

Era o que tinha a dizer, reafirmando as críticas que fiz ao Sr. Ministro da Agricultura, desta tribuna, e rebatendo as críticas que fiz ao Senhor Ministro da Agricultura, desta tribuna, e rebatendo as declarações de S. Exa. quando dizia que eu encetaria uma campanha de descrédito, não só nesta Casa, mas nos Ministérios nos Palácios, nos corredores, no Maranhão, por toda a parte.

Não faço campanha de descrédito como declarou S. Exa., porque ao dizer que S. Exa. não é inteligente creio que me mostro é opinativo; penso assim e assim continuo pensando, rebatendo as declarações de S. Exa. é um gênio, ou que seja muito culto. Penso, simplesmente, que S. Exa. é um mau Ministro. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em resposta à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Victorino Freire, cumpre-me declarar que o atual Regimento da Casa, no Título 14, Artigos 380 e 381, regula o comparecimento do Presidente do Conselho de Ministros e de Secretários de Estado.

O comparecimento de um Ministro poderá ocorrer, nos termos do Artigo 380, item 2, ou seja, quando solicitado para exposição sobre assunto inerente a sua função, ou nos termos do nº 11, do mesmo Artigo, que está redigido da seguinte maneira:

“o. 1 — Nos casos dos ns. 1 e 2 do art. 380, será assegurado o uso da palavra ao Presidente do Conselho, ao Ministro ou ao Subsecretário na oportunidade combinada, sem embargo das inscrições existentes. Na Ordem do Dia não se incluirá matéria para deliberação do Senado. Se o prazo ordinário da sessão não permitir que se conclua a exposição do membro do Conselho de Ministros ou do Subsecretário de Estado, com a correspondente fase de interações, será prorrogado ou se designará outra sessão para esse fim”.

No caso ora em apreciação, tratou-se de comparecimento do Sr. Ministro posteriormente à Ordem do Dia, após entendimento com o Sr. Senador Mathias Olympio que no dia presidia o Senado, na ausência do Presidente. O seu comparecimento se deu em termos regimentais. Entretanto o que não poderia ter sido permitido era o comparecimento do Ministro para debater assunto de ordem nitidamente pessoal. O Sr. Senador Mathias Olympio desconhecia a natureza da exposição que seria feita. Se a conhecesse teria procedido como eu, caso estivesse no exercício da Presidência, impedindo S. Exa. de realizar aquela exposição. Vê-se no *Diário do Congresso* naquela sessão, que o Sr. Ministro Armando Monteiro inicia sua exposição nos seguintes termos:

—Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é somente o alto apreço que tenho a esta Casa do Congresso que me traz à tribuna, neste instante. E, sobretudo, a minha condição de delegado de sua confiança que me obriga, neste momento, a vir perante os Srs. Senadores, trazer minha versão sobre problema que, a rigor, não mais deveria existir, quanto a episódio já superado, sob o aspecto administrativo, no Ministério da Agricultura.

Todavia, tendo um ilustre representante do Partido Social Democrático nesta Casa, o Senador Victorino Freire, pronunciado algumas palavras dando a sua versão do episódio, sinto-me no dever de trazê-lo novamente à apreciação dos ilustres Srs. Senadores.

O Regimento Interno não facultava aos Srs. Ministros de Estado aqui comparecerem para responder a discursos dos Srs. Senadores estabelecendo polémica em assuntos de ordem estritamente pessoal. Assim, o comparecimento do Sr. Ministro se deu em termos regimentais, porém a sua exposição se deu em termos anti-regimentais. O Sr. Ministro disse que queria sua própria versão para contraditar a versão apresentada por um senador. O caso inteiramente de natureza pessoal. O Sr. Ministro deveria entender-se pessoalmente com o Sr. Senador.

Concluo, assim, a questão de ordem, dizendo ao nobre Senador Victorino Freire que, nos termos do Regimento atual, é permitido ao Sr. Presidente do Conselho de Ministros e aos Srs. Ministros de Estado comparecerem a este Plenário, depois de previo entendimento com a Mesa, para fazer exposições sobre assuntos administrativos de suas Pastas, ou em resposta a pedido de informações e interações que lhes sejam encaminhadas oficialmente pela Mesa do Senado Federal.

Tratando-se de solicitação feita anteriormente a sessão para isso designada, não se marcará Ordem do Dia a fim de ser possível, ao Sr. Presidente do Conselho de Ministros ou aos Srs. Ministros de Estado fazerem suas exposições durante a sessão.

Entretanto, há sempre que se distinguir entre o direito regimental de expor e a natureza regimental das exposições que venham a ser feitas. E o que no momento me cumpria declarar aos Srs. Senadores, concedendo novamente a palavra ao nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

— (Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, ouvi, com toda a atenção, a correta exposição de V. Exa., recordando as normas regimentais quanto ao comparecimento dos Srs. Ministros a esta Casa.

O Maranhão, o Governador Newton Belo e o meu Partido devem agradecerimentos a V. Exa. pela sua atitude menos como presidente do Senado, mais como possedista da seção de São Paulo — no episódio que nos levou ao rompimento com o Sr. Ministro Armando Monteiro, no qual S. Exa. situou mal um homem da categoria do nobre Senador Remy Archer, que não havia solicitado emprego, quer a Presidência desta Casa, quer ao Sr. Presidente da República, quer ao Sr. Presidente do Conselho de Ministros.

E V. Exa., Sr. Presidente, não se limitou a uma solidariedade pessoal; veio, de público, dizer seu pensamento, expor sua opinião sobre o incidente.

Desligados, continuamos, Sr. Presidente, dos quadros da Maioria, e quanto foi Ministro da Agricultura o Sr. Armando Monteiro; porém, não faltaremos com o nosso apoio e o nosso voto a V. Exa. Foi que decidiu a Bancada do Partido Social Democrático do Maranhão.

Eis o que o P.S.D., Seção do Maranhão, uma das mais disciplinadas seções do Partido, tinha a dizer a V. Exa., Sr. Presidente, e ao Senado, para que a Nação saiba que recebemos sua solidariedade e que, em demonstração do nosso apreço e do nosso agradecimento, resolvemos também apoiar V. Exa.

Continuaremos — reafirmo — desligados da Maioria, para termos liberdade de criticar o Sr. Ministro da Agricultura. O P.S.D. do Maranhão nada tem que ver com S. Exa. que se fez nosso inimigo, mas o Presidente desta Casa tem o nosso apoio, o nosso acatamento e o nosso voto. (Muito bem).

O SR. COIMBRA BUENO:

— Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

—Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, quando ultimamos a construção da capital de Goiás, em 1939, tratamos imediatamente da criação da Fundação que tomou o nosso nome, para a nova Capital do Brasil. O momento, agora, é próprio para voltarmos ao assunto.

O atual Presidente da “Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil”, Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, há cerca de três semanas, em face dos rumos que vão tomando as coisas de Brasília, houve por bem consultar inicialmente, e depois, sugerir aos Srs. Ministros de Estado e às autoridades constituídas do País, providências com as quais faremos frente à situação nacional que ora atravessamos, das mais graves, e cujos reflexos se fazem sentir principalmente em Brasília.

Registramos no momento que a interiorização da Capital da República está estagnada ou praticamente paralisada.

Algumas repartições transferidas para o Planalto Central, para Brasília, pura e simplesmente voltaram com armas e bagagens para o Rio de Janeiro.

Assim, Sr. Presidente, urge que providências imediatas sejam tomadas para o prosseguimento da interiorização da Capital da República, a sua completada dentro de prazo a ser determinado e ordenadamente.

A Fundação, através do seu Presidente, já sugeriu às autoridades constituídas, Presidentes de Partidos, Ministros de Estado, inclusive ao Sr. Primeiro Ministro, e ao Sr. Presidente da República, o grupamento de todas as forças vivas da Nação em torno da ideia de “Salvação Nacional”. O segundo passo seria a formulação de plano de emergência.

O Gabinete atual é o primeiro constituído no regime parlamentar no País. Tem poucos meses de atuação e dadas as condições que o Brasil atravessa, com dificuldades para todas as autoridades dos Poderes Públicos, devemos reconhecer, nós representantes do povo, que este Ministério ainda não que vivem os Ministros — somos testemunha disto — empenhados a vencer crises sucessivas que vêm se abatendo sobre o novo regime. Instalado em condições excepcionais e, sobretudo, principalmente, para evitar uma desastrosa guerra civil.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna justamente com a esperança de chamar a atenção das autoridades constituídas para a possibilidade de constituir-se um Grupo de Trabalho. Dentro desta ideia, que já foi submetida a vários Ministros de Estado, podemos fazer um resumo nas seguintes palavras: *unido em torno da ideia de salvação nacional, para apoiar a execução de um plano de emergência, a ser elaborado por uma Comissão constituída de elementos oficiais de órgãos das classes patronais e operárias.*

Naturalmente, isto é um resumo. Quando se diz a palavra oficiais, incluem-se os membros do “Poder Executivo, do Legislativo, dos Presidentes, principalmente, dos Partidos democráticos.

Sr. Presidente, entendo que tal Comissão seria oportuna e devera, realmente, sair logo no início da próxima Legislatura, porque novas ameaças pairam sobre o regime no presente momento. As medidas poderiam ser resumidas num Plano de Emergência. As de ordem Legislativa que poderiam englobar as leis básicas e os projetos essenciais a serem, realmente, aprovados em prazo curto, pelo Congresso Nacional. Medidas executivas essenciais para a superação das crises que vêm abalando a Nação seriam então relacionados principalmente as que di-

zem respeito à estabilidade do regime e ao custo de vida.

Sr. Presidente, nunca é demais insistir neste Plano de Emergência. Precisamos selecionar, pelo menos, os homens que impeçam novos abalos com inovações. Todos sabemos que na escolha dos Ministros que, atualmente, compõem o Ministério, os Senhores Deputados e Senadores a fizeram cabeça fria, sem imposições. Se renovássemos o atual Ministério, iríamos repetir composição idêntica seriam os mesmos homens que temos lá, por causa das razões partidárias que existem no Congresso. Não iremos melhor, pela simples mudança de nomes. Todos os homens que compõem o Ministério são patriotas, homens experientados que ali estão cumprindo uma missão árdua e devem ser apoiados, no sentido de que possam ter seu tempo livre para superar as crises que se vem sucedendo, e produzir o trabalho construtivo, de us são capazes, pelo seu seus passados de bons serviços ao País.

Sr. Presidente este Plano de Emergência, deve dar origem, imediatamente, a um órgão, uma entidade ou, mesmo um Ministério, para o planejamento econômico e social do País, para estabelecer, em primeiro Plano Quinquenal, seguido de outros intercalados de um ano, que será o último, a fim de que se estabelecer neste País isto: *continuidade* através dos sucessivos períodos de Governo.

Este encadeamento de Planos Quinquenais viria, sem dúvida nenhuma, e dentro do regime democrático, suprir as principais vantagens oferecidas pelas famosas e negrejantes ditaduras que infelicitam a Humanidade; que é a já citada continuidade administrativa. Sr. Presidente, outro assunto que poderia ser abordado e encaminhado pela Comissão sugerida seria a *reforma geral da administração brasileira*, de maneira que nós, Deputados e Senadores, não fôssemos condenados como condenados estamos, a passar a maior parte da legislatura numa improdutividade enorme, devido ao fato de sermos pressionados por intevessados em reformas parciais sobretudo no que diz respeito ao pessoal.

Sr. Presidente um plano geral poderia prever, que a reforma do pessoal fosse englobada em plano anual da mesma forma que o orçamento e assim suprimiríamos pelo menos cinquenta por cento de atividades inúteis que tomam a maior parte do tempo dos representantes do povo e que custam bilhões e bilhões de cruzeiros, em resultado da desorganização em que vivemos.

Sr. Presidente urge a adoção desse critério de planejamento de emergência e estabelecimento de planos econômicos e sociais para evolução do País e reforma geral da administração pública. É um crime, um atentado a Nação, ter-se mudado sua Capital sem antes ter feito um plano geral de reforma da sua administração. Isto significa mudar repartições arcaicas do Rio de Janeiro para implantá-las caoticamente no Planalto Central; — é a multiplicação do caos por índice cuja projeção não podemos sequer estabelecer. É inacreditável que em uma Nação em pleno Século XX verifique uma situação tão depravável de se mudar a Capital sem antes reformar cada um dos Ministérios, cada uma das entidades públicas. O que estamos assistindo é pura e simplesmente arrancá-las do Rio de Janeiro e ao léo atirá-las no Planalto Central.

O que estamos vendo, Brasília é o resultado dessa incuria geral; é culpa não só do situacionismo como da oposição. — porque é situação que traduz infelizmente o nosso grau de subdesenvolvimento.

Sr. Presidente, já passou o período atribulado da mudança da Capital,

do País dentro de um só período governamental, isto é em apenas cinco anos, e precisamos de uma vez por todas ter conhecimento de um plano diretor da cidade de Brasília e do novo Distrito Federal, para prestar contas junto as unidades da Federação do que vai custar a implantação da nova Capital ao povo brasileiro. Cada contribuinte brasileiro deve saber o quanto terá de pagar e quais as limitações desta Capital.

Ainda há poucos dias denunciei da tribuna a deformação completa da idéia da interiorização de montar-se um cérebro moderno, um cérebro capaz de dirigir em condições de eficiência e equidade a Nação brasileira. Estamos assistindo no momento, atônitos a criação da maior favela do mundo no Planalto Central brasileiro.

Sr. Presidente, este meu discurso de hoje como o de poucos dias passados eu denunciarei inclusive a possibilidade do Lago de Brasília sufocar esta Cidade com o desenvolvimento da esquistossomose, tem sentido de solidariedade com as autoridades constituídas do País que julgo do dever de todos os representantes, e não de crítica; alertei-as sobre problemas sumamente importantes, e que exigem providências imediatas.

Sei por exemplo que o atual Prefeito de Goiânia é um homem que renunciou a posição que gozava no estrangeiro, para vir ganhar uma pequena fração de seus vencimentos que ele gozava no estrangeiro. É um moço que está dando o melhor de seus esforços para fazer desta Capital, a Brasília de nossos sonhos.

Minha palavra, portanto, é o brado de alerta de um representante do povo, dirigido às autoridades constituídas pois, se relegarmos o planejamento ao esquecimento, mergulharemos no caos que já antevemos. Nosso esforço é inútil diante dos choques de interesses e da pressão de grupos pessoais. Cada lei de pessoal que aprovamos isoladamente desarticula cada vez mais a administração. São verdadeiras bombas, verdadeiros petardos que jogamos sobre a administração. A idéia do conjunto deve ser sempre em cada inovação.

Talvez seja esta a sétima vez, que inutilmente, nos reunimos para debater problemas administrativos. Mas, não vejo razão para insistirmos no erro. Nossos eleitores, hoje em dia, são inteligentes, e não pouco inteligentes como se diz. Os eleitores não são burros, não há mais eleitores burros; eu digo que há é políticos burros.

O homem do Interior ouve rádio, acompanha nossa atividade. E sabe, até melhor do que nós, o que é preciso fazer-se; Tem bom senso.

Quanto a convocação especial que hoje encerramos, já assisti, durante o exercício do meu mandato, a umas seis ou sete desta convocação, que servem apenas para gastar bilhões de cruzeiros sem resultados práticos.

Devíamos seguir o exemplo de outros países, trabalhando intensivamente durante os períodos normais permitindo-se aos parlamentares ficarem em contacto com suas regiões, onde colheriam subsídios para instruir sua atividade legislativa.

Antes de encerrar este meu discurso, quero hipotecar minha solidariedade aos elogios que V. Ex.^a, Senhor Presidente, dirigiu a vários funcionários da Casa, nominalmente. São eles, e os que seguem seus exemplos que nos permitem uma ação mais eficiente.

Sr. Presidente, esses são os funcionários a que eu sempre me refiro quando falo em *funcionário público*, porque, como tenho dito, há os funcionários públicos e os funcionários politiquinhos.

O de que precisamos são funcionários públicos e não funcionários politiquinhos.

Solidarizo-me, ainda, com a Presidência, no tocante à produtividade referida, esperando sejam reais as informações que nos presta, de que conseguiu efetivo rendimento de trabalho. Como homem que vem da iniciativa privada, informo-vos Vossa Exa. ter dado efetividade aos trabalhos desta Casa, porque eu já tive ocasião de dizer no ano passado que, quando entrei para o Senado Federal, quando ele tinha talvez um terço, um quarto ou um quinto do funcionalismo atual, custado, proporcionalmente um terço, um quarto ou um quinto do custo atual, éramos melhor atendidos no Rio de Janeiro, no antigo Senado Federal, com aqueles dedicados funcionários de então. Pago votos para que as palavras do Sr. Presidente desta Casa correspondam à realidade por ele e por todos nós desejada.

Minha intenção ao insistir sobre os problemas do funcionalismo — e para isso respondo com a minha tradição de ex-Governador — não são no sentido de diminuir vencimentos, de estabelecer salários de fome. Por isso preclamo a minha atuação à frente da construção de Goiânia, onde, pouco tempo depois de assumir a direção das obras, multipliquei por dois todos os vencimentos vigentes. Anos depois, ao assumir o governadoria do meu Estado, onde jamais nomeei um único parente mas, fiz imediatamente, uma reforma geral, dando oportunidade igual a todos, estabelecendo concursos e criando cursos para o funcionalismo e tenho para mim como uma glória o fato de, sem aumentar o número de funcionários do meu Estado, ter, praticamente dobrado os vencimentos de todos eles.

Dobrei os vencimentos escandalizando certos setores oposicionistas do meu governo que eram os mesmos Governantes que haviam nomeado os funcionários beneficiados; mas o fiz com o funcionalismo existente, sem fazer empregar e dando aos pais de família dinheiro para levar mais recursos para alimentar seus filhos. O que condeno no regime de emprego são as exceções dos funcionários da Administração Pública, alguns felizardos que ganham centenas de milhares de cruzeiros por mês em detrimento de outros que ganham mil-galhas. Há funcionários coletivos neste País; não existe um funcionário; em certos casos existe um chefe de clã que pouco a pouco foi colocando toda a família e até choferes empregadas e dependentes. Assim certos privilegiados não custam a Nação somente os quatrocentos, quinhentos ou seiscentos mil cruzeiros por mês, que percebem em pessoa mas dez e às vezes vinte milhões de cruzeiros por mês. A maioria destes que entram pela janela da política e não da política, os que evitam os concursos são os responsáveis por este regime caótico em que caiu o funcionalismo Federal, Estadual e Municipal.

Nenhuma empresa particular que seguisse o regime atual da administração brasileira estaria em pé no presente momento; iria à falência ao fim de poucos meses. Este País ainda não falhou e nem falirá porque é um País novo, com recursos ilimitados e vai se agüentando ninguém sabe como; mas o que é fato — é que ninguém é capaz de responder em termos de verdade quanto gastamos no exercício do ano passado com o pessoal. Entendo, à base do bom senso, do contato de sete anos com esta Casa do Parlamento brasileiro, que os Governos, que os Executivos, sejam de que Partido for, ignoram a verdade. Ninguém apura porque ninguém quer ver a verdade. Se formos verificar quanto gastamos no ano passado com os funcionários públicos, com os bons legítimos e também com os demais, até 31 de dezembro de 1961, iríamos chegar a uma cifra que escandalizaria o mundo, talvez sessenta ou setenta por cento da receita desta Nação empregados indevidamente com o pagamento do funcionalismo, aí

cluídos os funcionários bons, públicos ou políticos e os maus que são os de origem politiquinha.

Esta, a verdade que venho proclamando há muito tempo, inutilmente, e, como toda verdade, não tem contestação.

Jamais ataquei o funcionário público normal que, sob minha orientação deveria estar ganhando, pelo menos, o dobro do que percebe hoje, ganhando em termos de justiça e não em termos de mistério. Realmente, sabemos quanto ganha o funcionário letra "A", com seus nove ou dez filhos, mas nenhum Senador da República, sabe quanto ganham os das classes superiores, de "O" para cima, para alimentar o mesmo número de filhos.

É um problema social. Precisamos é fato distinguir dentre eles os intelectuais, os engenheiros, os médicos, os farmacêuticos, os advogados, os que exercem funções de representação. É óbvio que devamos manter esse escalonamento de vencimentos mas não nos termos em que um passe fome e outro compre Cadillac. Existem muitos funcionários, neste País, que nos desafiam com cadillacs importados, cujo preço, no momento, é de quatro milhões de cruzeiros. E não seria absurdo afirmar que podemos ser atropelados qualquer dia por automóvel importado, em 1961, a quatro milhões de cruzeiros, por funcionário que perceba, naturalmente, um, dois ou três milhões de vencimentos, porque para comprar carro desta ordem nem a maioria dos industriais e comerciantes, tem condição bastante.

Este é o modo pelo qual desejo, a meu modo, fazer justiça, sobretudo aos funcionários-exemplo que foram hoje citados.

Sempre entendi que o Senado Federal faz inteira justiça por exemplo ao Dr. Isaac Brown, que considero o funcionário público nº 1, do País e, como é, temos muitos "crístos" nesta Casa e em todas as Repartições.

Espero em Deus que o Senado da República, dentro de alguns anos, através de providências administrativas rigorosas, de concurso, seleção, melhoria, proporcionando tudo ao seu funcionário, possa oferecer uma equipe homogênea de Browns como exemplo a toda a Nação brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

DISCURSO DO SR. DEPUTADO JOÃO AGRIPINO, PRONUNCIANDO NA SESSÃO DO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 1962, NA CAMARA DOS DEPUTADOS, A PROPOSTA DO PROJETO DE LEI QUE VISA A EFETIVAÇÃO DOS INTERINOS. E QUE O SENADOR CUNHA BUENO LEU PARA FICAR APENSO DO SEU DISCURSO DE HOJE:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum dos presentes pode deixar de sustentar que o melhor meio de seleção de valores intelectuais, no Serviço Público, reside no concurso de provas. Nenhum de nós desejaria que a organização do Serviço Público se fizesse de modo diferente. Ocorre, porém, que o Poder Legislativo e o Poder Executivo no Brasil têm incidido em erros repetidos, em precedentes seguidos de tal forma, que se sucedem, ano a ano, com as nomeações interinas, feitas quase exclusivamente pelo Poder Político. Todos nós, sem exceção, solicitamos nomeações. Somos assediados, diariamente por pedidos de empregos e, como políticos, os encaminhamos, os pleiteamos e quase todos obtemos alguns.

Seria ideal para a política brasileira, que o deputado e o senador ficassem libertos do dever de conseguir nomeações. Seria ideal se todo e qualquer cargo público só pudesse ser provido mediante concurso e que o cidadão brasileiro não ficasse ligado ao político por uma nomeação, mas que estivesse ligado pelas virtudes

inerentes à pessoa de cada político. Seria ideal que o político não tivesse o encargo, ainda, de buscar a promoção, a remoção, a transferência.

Mas, na vida brasileira, desgraçadamente, tudo isso é tarefa do político. Se o Poder Executivo não instituiu os concursos, não queiramos responsabilizá-lo totalmente. Somos nós também os responsáveis, porque dia e noite, nós, políticos, batemos às portas dos Ministérios e do Presidente da República, solicitando outras nomeações e só podemos obtê-las sem concurso.

Os erros se sucedem e se agravam. O Congresso se desprestigia na opinião pública. E quando o Serviço Público Federal se desacredita, pela sua ineficiência absoluta, então não creio haja alguém que confie e acredite no regime democrático. Verifiquei que aqueles que ingressaram mediante concurso são, em regra, desestimulados nas repartições: desligados do Poder Político, embora eficientes no seu trabalho diário, não são observados. Os que nomeamos, em grande parcela sequer comparecem às repartições: sentem-se protegidos, importantes, ou porque são amigos ou parentes de deputados, ou porque são parentes e amigos de senadores. E quando chega a época de promoção, são esses os promovidos, não aqueles que fizeram concurso, que ficaram na sua banca todo o horário de trabalho, que não têm uma falta cometida. O chefe da Repartição, pressionado pelo Poder Político, concede cem pontos a todos, indistintamente, e aquele que não comparece à repartição, aquele desidioso, aquele que nada sabe fazer, nem o trabalho inerente ao seu próprio cargo, tem acesso ao político e obtém a promoção. Este é o quadro atual do Serviço Público Brasileiro.

Devia ser dever do Congresso aprimorar, melhorar, para que não se acentuem ainda mais os males da burocracia, mas ao invés disso temos nós, cluídos nessa responsabilidade de muitos, concedemos as benesses pessoais através de leis sucessivas, votadas e sancionadas. Fala-se em pobres servidores e se repete muito a expressão. Porventura saberá a Câmara quem está efetivando e quantos está efetivando? Porventura a Câmara está advertida de que ao fim do Governo passado foram criadas sete Universidades e que os professores foram nomeados até o fim do ano passado e que todos eles, tendo cinco anos de serviço público estadual, federal ou municipal, ficarão efetivados por essa lei?

O Art. 2º do substitutivo que se vai votar, menciona: "Nas mesmas condições", o que importa dizer: se contarmos cinco anos de serviço público, os servidores da União e dos Territórios, estarão efetivados também. No artigo anterior, estabeleceu-se a efetivação para os servidores interinos de carreiras das autarquias. No artigo seguinte, determinou-se a efetivação de todos os servidores da União e dos Territórios, sem exceção, de cargo de carreira e de cargo de provimento isolado. Mas, senhores, atentem bem, que mal tremendo, se pode proporcionar ao Ensino Superior, no País, se retirarmos a possibilidade de concurso para os professores oriundos de escolas primárias, de escolas particulares, recrutados no melhor que houvesse, naquele meio ambiente, mas que pode não ser o melhor para catedráticos do Ensino Superior. Aceito, entretanto, a discussão noutros termos. Aceito a em relação aos coletivos e estativos de coletoria. Que representam eles na vida das finanças públicas do Brasil? A chave-mestra da arrecadação? Como foram eles nomeados? Por indicação política, e nenhum aqui poderá contestar que qualquer um de nós ao fazer indicação, algumas vezes desco-

nheciamos o mérito intelectual do indicado. Muitos poderão ser capazes e muitos poderão ser incapazes. Mas se fazem a arrecadação, que será do Brasil? E quem será responsável por isso? O Congresso Nacional, nós, os políticos que usufruimos das vantagens da Democracia e que, por nossas próprias mãos, a enterramos dia a dia, com nossos erros, pecados, omissões, descuidos e sentimentalismos.

Faça-se o concurso para coletor e escrivão de coletoria; os interinos que concorram; estranhos também. Pelas finanças públicas deste país, por que não se respeitar ao menos a aprovação, o mérito individual dos interinos e dos estranhos? Porque se pretender que um interino incapaz, nomeado com responsabilidade nossa, deva permanecer num cargo com a sua ineficiência, com a sua impontualidade, com a sua incorreção, com os defeitos que o tenham porventura levado à reprovação em concurso? Por que nós, que nomeamos ainda, nos sentimos no dever de ampará-los, de sustentá-los, por amor à família? Esqueçamo-nos, então, do que o dever para com o Estado não é prestar assistência através do emprego público, mas de outras formas. Nunca através do emprego público; a muito menos no magistério ou na arrecadação pública federal!

Adverti a Câmara. Deixo apenas minhas palavras como protesto, como uma conduta individual. Não tenho ilusões quanto ao resultado da votação. Apenas receio que se estes nossos crises continuarem saímos ainda obrigados a chorar por eles.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente,erei breve, pois apenas direi o que pretendo declarar, em aparte, ao nobre Senador Coimbra Bueno.

S. Exa. pelo que deparei, deteve-se em três pontos principais, na sua brilhante oração: um, referente ao funcionalismo público; outro, ao que concerne ao Poder Legislativo, e o terceiro o que respeita à Sessão Extraordinária que nos reunirá.

S. Exa. é pessimista nos três pontos. Quanto ao funcionalismo público, S. Exa. não acredita, como parlamentar, que os funcionários venham ao Congresso apelar para os Congressistas. Não sei se S. Exa. aceita os votos dos funcionários nos pleitos eleitorais a que comparece.

Entendo que não são grupos de pressão, esses de pobres servidores públicos que aqui, representando o interesse de sua classe, formulam os seus pedidos no sentido de ver transformados em lei os reclamos da sua penúria.

O Sr. Coimbra Bueno — Já pedi desculpas a V. Exa. Permita-me um aparte, apenas para esclarecer esse ponto?

O SR. PAULO FENDER — V. Exa. não aceitou meu aparte, e, assim, não posso aceitar o de V. Exa. O nobre colega falou depois.

Sr. Presidente, sei contra o nobre oração com que encerra, hoje, sua Senador Coimbra Bueno na infeliz comparecimento nesta Sessão Legislativa.

Já tenho dito, desta tribuna, que o Brasil não podendo oferecer oportunidade de trabalho a todos os brasileiros, porque somos evidentemente, país subdesenvolvido, há de arcar, necessariamente, com o ônus de aplicar grande parte de sua receita, na despesa com funcionalismo público, com o que haverá fome nos lares.

Diz-se que o indivíduo que pede emprego público, numa Capital, deve-se lembrar que o interior precisa de braços; consequentemente para lá de-

veria ir trabalhar. É muito fácil dizê-lo; mas o chefe de família, a moça, o rapaz, que nos vem pedir uma carta para a obtenção de emprego, não pode ser transportado como pária, para algum lugar do Brasil onde um latifúndio improdutivo possa oferecer-lhe oportunidade de alojarse, lavar a terra ou ganhar a vida.

Isso é fantasia, Sr. Presidente! Dentro da realidade brasileira havemos de empregar grande parte de nossa receita com o funcionalismo público, em todos os Estados do Brasil porque assim, faremos contenção social com relação ao problema da fome.

Não sou apologista do emprego público de preferência. Acho que devemos ater à iniciativa, à empresa privada, procurar as sociedades privadas em primeiro lugar, para depois apelar para o Poder Público.

Este o primeiro ponto. Não concordo com a tese de S. Exa., nos seus dois aspectos, o de que não há necessidade de emprego e o de que sofremos pressão dos funcionários quando aqui votamos leis que lhes reajustam os vencimentos.

O segundo ponto é de uma contradição inexplicável. S. Exa. combate negregenda, ditaduras e preza, como um taumaturgo indiano, a ditadura legislativa.

S. Exa. entende que nos devemos organizar através de um plano, para legislar — exclusivamente de acordo com esse plano — as leis de despesas que chama de leis particulares — denominação que ouço com reserva, não votamos leis particulares, votamos leis nacionais. — E o terceiro ponto é o de que esta Sessão nada fez, e que, fomos convocados inutilmente, que se gastaram milhões com a Convocação.

Tudo isso é falso. Sr. Presidente; nem se gastaram milhões, nem fomos convocados inutilmente. Muito fizemos e o relatório que acabamos de ouvir, substancialmente, de muitas páginas, diz o que foi a Sessão Legislativa Extraordinária, cujo encêrro se dá hoje.

Está demonstrado que se debateram grandes problemas nacionais. O humilde orador, que fala, proferiu dez discursos neste período e tem a certeza, de que não perdeu o seu tempo porque examinou, em profundidade, os problemas do País. Através da divulgação da Imprensa e do Rádio podemos dizer que o Senado esteve trabalhando como uma Casa de vigilância democrática.

Estas as palavras, Sr. Presidente, que evidentemente, de modo mais sintético, deveria proferir num aparte que solicitei e não obtive do cauchiquante Senador Coimbra Bueno. (Muito bem).

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

Sr. Presidente, em primeiro lugar me peço desculpas pela falta de não ter, contra o meu modo de agir por um esquecimento natural, dado o aparte que me foi solicitado pelo nobre Senador Paulo Fender.

Já lhe pedi desculpas em particular e o faço desta tribuna porque realmente não o fiz intencionalmente. Seria incapaz de assim proceder, para com meus colegas. Foi o resultado do entusiasmo com que desenvolvia as minhas considerações.

O Sr. Paulo Fender — As más ideias são más conselheiras...

O SR. COIMBRA BUENO — Não concordo, se V. Exa. examiná-las em profundidade acabará me dando razão.

O meu propósito, antes de encerrar o discurso, era conceder o aparte solicitado, mas esqueci-me de o fazer. a S. Exa.

Sr. Presidente, vou contestar uma por uma as afirmações do nobre Senador Paulo Fender. Já que estamos num debate *sui-generis*, pois não pude apartar-lo, por vontade de S. Exa., também agora lhe concederei apertes. A sua Lei vale para todos.

S. Exa. prestou-me grande serviço avisando minha memória. Penitencio-me pela classificação indevida, que adotara há muito anos, de funcionários políticos e públicos. Aliás, abandonei-a, porque reconheci, funcionários que trazidos por mãos de políticos, haver ótimos servidores desta Casa e de muitas repartições públicas.

Não admito, porém, contestação quanto à nova classificação que adotei, resultante de debates nesta Casa, e em face de apertes, sempre desejados, como os do meu nobre companheiro Senador Paulo Fender. Em vez de "funcionários públicos" cujo ingresso se faz de acordo com a constituição, e "funcionários políticos", digamos assim, que ingressam no serviço arranhando um pouco a Constituição, classifique-os hoje de maneira mais justa e satisfatória, a meu ver, até que outra classificação melhor surja, em *funcionários públicos*, aos quais devemos render nossas homenagens e *funcionários políticos*, para os quais devemos aplicar os rigores das leis e da Constituição. Estes entram para o serviço público através dessa política patrimonista que tem mergulhado o Brasil nas crises miseráveis em que temos vivido. Tropeçamos nesses casos a cada instante. Todos sabem que eles existem aos magotes, mas não querem reconhecê-los; e não querem reconhecer a luz do sol.

O nobre Senador Paulo Fender parece querer justificar, inclusive a existência do empreguismo. Existe empreguismo a larga no país; e não podemos negar essa deficiência, que resulta talvez do pauperismo brasileiro, explorado por política viciada.

S. Exa. se engana: não sou contra a criação de empregos, porque esta seria uma atitude contra o progresso da nossa Pátria. Mas sou a favor de empregos de preferência em entidades privadas, pois, como democrata, acredito na iniciativa privada.

Sempre proclamei e proclamarei até os fins dos tempos, que noventa ou mais por cento do que existe de bom nesta parte da superfície do globo terrestre, que nos foi confiada por Deus, é obra da iniciativa privada. Os dez por cento restantes seriam administrativos que por aí vem.

Não acuso, por exemplo, os responsáveis pela construção de Brasília, de todos os erros aqui perpetrados. São erros resultantes da conjuntura brasileira no ano de 1960, quando da mudança da Capital, e aqueles que antecederam essa obra atropetada que foi Brasília. Não poderíamos esperar que a composição humana dos nossos governos pudesse produzir coisa melhor. Acho até que fez de mais. Na minha teoria, calculo que de cem cruzeiros jogados em Brasília, trinta cruzeiros foram aproveitados, o que me parece um rendimento razoável, dado o caos em que vivemos, devido, principalmente, ao negregado empreguismo que desgraça a Nação e suas dependências. Sou inteiramente a favor, em primeiro lugar, da criação de empregos reversíveis que devolvam bem-estar à Nação, portanto, através da iniciativa privada, mas também não sou infenso à criação da SUDENE, por exemplo. As palavras do nobre Senador Paulo Fender, são demolitoras para órgãos daquele tipo que

criam empregos úteis numa região onde são necessários, onde também a iniciativa privada...

O Sr. Paulo Fender — Sou a favor da SUDENE.

O SR. COIMBRA BUENO — ... que, está sendo grandemente estimulada ali, não poderá, suprir, no prazo que se deseja, todas as necessidades daquela região já condenada, à fome, pelas crises naturais que a região comporta, pela incúria dos governos passados e pela má aplicação do dinheiro federal, que foi desviado para o empreguismo e para outras estupidez e cupiditas nos anos desta República.

A SUDENE está realmente, criando, com aplausos de todos nós, grande número de empregos, mas empregos reprodutivos como o são os da Companhia Siderúrgica Nacional, que também criou grande número de empregos, e, como são, até certo ponto aqueles criados pela entidade estatal responsável pelo petróleo, sem influências políticas inconvenientes.

Enfim, uma série de entidades, estão produzindo bons resultados, apesar da iniciativa privada estar produzindo resultados ainda melhores.

Cito o fato, por exemplo, da indústria automobilística, em que a primeira fábrica de motores e de automóveis que é a "Fábrica Nacional de Motores" ser a única que até hoje ainda está montando automóveis no País pois todas as outras que vieram depois, estão construindo automóveis e algumas com índices de nacionalização de 80% das peças, ou até motores.

Pois bem, a "Fábrica Nacional de Motores", que foi a primeira a se instalar no Brasil, está montando automóveis com elevada porcentagem de peças estrangeiras, quando as nacionais, vindas, muitos anos depois estão montando ao contrário, com noventa por cento ou mais de peças fabricadas no País.

Esse é um exemplo típico da iniciativa privada, de um lado, e da iniciativa estatal de outro. É um fato comprovado que todos podem constatar. São automóveis italianos, como os "JK", fabricados na bela Itália e montados aqui e que até hoje não conseguiram ser, em sua maior parte, fabricados no Brasil.

Sei que é do conhecimento dos Srs. Senadores, que as oito ou dez fábricas nacionais que produzem duas a três centenas de milhares de automóveis que estão circulando no País cada ano, custaram ao erário público, em dinheiro bem menos do que a única fábrica nacional, que ainda não produz automóveis nacionais, mas operou e opera remendamente o Tesouro Nacional. Todas juntas, produzindo mais de trezentos mil automóveis, custaram à Nação, menos do que uma fábrica nacional, montando dois a três mil automóveis estrangeiros por ano.

Esta é uma verdade que deve ser proclamada. De maneira que contesto, frontalmente, a acusação, do nobre colega, de que sou contra os empregos; pelo contrário, sou a favor da criação do maior número possível de empregos com boas oportunidades abertas a todos os brasileiros. Mas sou contra, literalmente contra, o que se está praticando aqui em Brasília e que já denunciei há poucas dias daqui da tribuna.

Fui à Formosa, uma das portas de entrada desta Capital, e o Prefeito daquela cidade contou-me que diariamente passam por ali cerca de dez caminhões carregando, como carga humana, famílias inteiras que trazem as costas apenas o sustento para dois ou três dias, e uma trouxa de roupa.

Essas famílias saem de lugares que conheço — onde sempre viveram e criaram seus filhos e onde tinham um rancho bem higienizado com algo

muito melhor do que "DDT" ou "BHC" ou outro desses produtos modernos, que é o sol, a natureza, que faz a higiene natural. Ao lado dessa casa higienizada por Deus eles tinham também, uma tulha coberta de capim onde conseguem guardar o produto de suas colheitas, do esforço que fazem em determinadas épocas do ano, para plantar, é verdade que com enxada e calos nas mãos, mas com que garantem a subsistência da família que ali é respeitada, honrada, cujas filhas são namoradas e se casam e não são expostas a serem rapadas como acontece nas favelas de Brasília, onde vivem verdadeiros caçadores de meninas e mulheres, desassistiadas pela sorte e vítimas da mais desenfreada e sórdida política de empreguismo. Variamente a polícia prende muitos desse elementos que aqui vivem a desonrar famílias, famílias essas que lá no sertão se bastavam e que eram honradas, e que aqui são vitimadas e se transformam em verdadeiros trapos humanos.

Realmente não podemos condenar o atual ou passado Governos brasileiros, não podemos condenar o Prefeito por não dar logo alguns milhões de cruzeiros, arroz, cereais, pensão, hotel, a essas famílias que aqui chegam, pela simples razão de que não dispõe a Prefeitura, desses recursos. Não é possível que se queira que se faça milagres; e então se deixa que essas famílias passem fome e são elas atiradas para o Gama. Outra coisa não se pode fazer a não ser dar-se subsistência por uns cinco dias, e, ao final desses cinco dias o que será dessas famílias?

Este o seu destino atual em Brasília. São politiquês interessados talvez nas eleições, de apenas uns 1.000 votos para Representantes Federais que escrevem e que aconselham, forçando essa migração criminosa para esta Capital.

Sou contra o empreguismo; sou contra se criar empregos de fome para esse fim. Esses indivíduos são tirados de onde produzem, de onde plantam, não custando nada a ninguém, onde são livres independentes, e para cá vêm para se tornarem escravos de um empreguismo sórdido, para esses empregos de uns poucos mil cruzeiros, que todos sabemos de nada valem para os que têm que alimentar suas famílias. Esses empregos não deveriam, pura e simplesmente, existir.

E contra isso que me bato. Creio que se deve empregar todo mundo, dando condições de subsistência, a fim de que possam alimentar seus filhos e não criar essas classes de miséria, essas classes inferiores, que ganham de dois a três mil cruzeiros em alguns Estados e Municípios, enquanto outras ganham milhões de cruzeiros, como acabei de citar, nos votos e, ros, como acabei de citar, nos altos e privilegiados escalões federais e litóreanos, onde até a chamada classe dos Príncipes existe.

E' contra esta situação de párias, é contra essas classes, numa reedição da antiga Índia, aqui no Brasil, daquelas classes que a independência da Índia e os próprios ingleses lutaram para abolir nas suas colônias, — em que alguns eram párias e outros eram equiparados aos deuses — é contra isso que me bato. Isto que foi abolido na nova Índia, à custa de sacrifícios tremendos através de dezenas de anos, é que nós estamos reeditando no Brasil, porque vencimentos de dois, três e quatro mil cruzeiros como existem no poder público brasileiro, nos Estados e Municípios para famílias de sete, oito, nove e dez filhos — constitui um crime para o poder público. Ele tira um homem de onde Deus lhe deu a terra e meios naturais de subsistência para a sua família, para atirá-lo à miséria — e

há interessadas em que isso aconteça — mas longe de mim acusar o meu nobre colega, Senador Paulo Fender de ter tais pensamentos. S. Exa., deve, porém, reconhecer esta realidade, esta verdade.

Não é sua culpa, nem minha, mas existem prefeituras, Estados e até Repartições Federais ou autarquias que pagam salários de fome. E contra isto que me bato, contra os empregos numerosos e de miséria, pois entendo que deveriam todos ser feitos à base do concurso e não à base da politicagem, para que os empregados públicos fossem devidamente remunerados e, não uns ganhando milhões e outros a miséria de dois, três, quatro e cinco mil cruzeiros mensais.

E contra isto, nobre Senador Paulo Fender, que me bato e o farei a vida inteira. Não temo o resultado eleito: as minhas campanhas; presto conta dos meus atos no meu Estado, desde a mocidade, antes e depois de formado. Os meus coestaduanos conhecem perfeitamente os meus pontos de vista; eles sabem que nunca empreguei um único parente durante os quatro anos de Governo que lá exerci.

O Sr. Paulo Fender — Mau parente que V. Exa. é!

O SR. COIMBRA BUENO — Bom, entendo eu. Jamais lerei as repartições públicas de funcionários; ao contrário, brequei a entrada de funcionários públicos, mas dobrei os vencimentos que lá havia. Quando saí de lá, todos recebiam vencimentos condignos, não havia a injustiça de alguns ganharem milhões e outros milhares; tudo equilibrei através de um código.

Responderei, agora, a outro ponto abordado pelo nobre Senador Paulo Fender. S. Exa. está enganado sobre o meu ponto de vista. Não sou contra a que funcionários nos escrevem cartas, a que nos procurem nos corredores, ou onde quer que seja. Sou contra a fazer-se a coisa à prestação. A cada momento atendemos a um grupo. Hoje, — por exemplo — esses grupos que vêm do Rio, porque têm dinheiro de sobra para pagar vinte mil cruzeiros por uma passagem de avião. São os grupos de pressão que nos abordam comumente e são fatais. Não somos sábios, não somos supercientes de todas as coisas. Eles nos levam, nos conduzem, nos convencem a votar leis parciais; mas quando vamos um detalhe não sabemos quais as suas consequências na estrutura geral administrativa do País.

E por isto que me bato, por uma lei anual — como a que se faz no Orçamento. Podemos fazê-la, também com o pessoal. Todo mundo pode apelar o ano inteiro e iremos recolhendo suas pretensões. Quando elaborarmos as leis, assim faremos; de um lado, uma folhinha de papel que nos entreguem nos corredores; de outro, um calhamaço, um volume de mil folhas, em que esteja toda a estrutura administrativa do País.

Quando fôrmos alterar as leis, assim faremos: favoreceremos as diversas classes, encarando cada caso em face do conjunto, sem desfavorecer à massa de funcionários do País, sem prejudicar a estrutura administrativa do País. Este o meu ponto de vista e todos em meu Estado o conhecem. Não sou anti-democrata, a ponto de não permitir que um funcionário venha me procurar no Senado. Nunca deixei de atender qualquer pretensão justa de um brasileiro que me venha procurar nesta Casa, seja ou não do meu Estado.

Esta a explicação pessoal que dou ao nobre Senador Paulo Fender, para desmanchar a impressão que S. Exa. tirou das minhas palavras e que esclareço com a minha boa vontade.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para, mais uma vez, insistir no tema do meu discurso ora proferido.

Passamos o ano inteiro puzados pelos braços, pelas mãos, pelos dedos, pela roupa, pelos corredores desta

Casa, pelos grupos de interessados em certas matérias, o que acho razoável até certo ponto. Mas, tudo estaria certo se isto não oferecesse reflexos sobre os nossos trabalhos e alterações parciais sobre o quadro geral da administração pública gerando direitos adquiridos, ferindo continuamente a coletividade do funcionalismo, em benefício de alguns que tem acesso fácil e tempo livre para cortejar políticos.

Portanto, retifico as palavras do nobre colega, Senador Paulo Fender, dizendo que sou a favor de cargos lastreados, com remunerações adequadas, e em número correspondente às necessidades reais dos serviços.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. retifica suas próprias palavras.

O SR. COIMBRA BUENO — Então V. Exa. não entendeu o sentido de minhas palavras. Sou contra o empreguismo e a politicagem que levam à pulverização dos cargos, em até 5 no lugar de 1, acarretando miséria e a revolta o que constitui um passo para o comunismo. Os comunistas vivem mal neste País. Não vão eles pregar sua ideologia nos Estados Unidos ou em outras nações cuja situação é boa. O comunismo é bom para a Rússia. E se conseguem se introduzir aqui é porque os favorecemos não procurando reformar nossos costumes, colocando até cinco no lugar de um, pulverizando as verbas em salários de fome.

Na verdade, tanto faz o presidencialismo como o parlamentarismo. Procurar, entretanto, combater o regime que há pouco foi instituído entre nós, é absurdo. O regime atual poderá dar bons resultados mas para tanto é preciso trabalharmos. Por ele pagamos preço altíssimo, quando sua introdução era de se esperar para daqui a dez ou quinze anos.

Compete, agora, aos brasileiros, lutar pelo progresso do País, e estabilidade do regime.

Creio que, no passado, houve declaração do atual Presidente da República, a favor do parlamentarismo, mas oportunamente, quando o País estivesse preparado para recebê-lo.

Eu era contra o parlamentarismo no momento, mas, já que pagamos preço alto por ele, devemos defendê-lo. O próprio Presidente, galcho que é, na sua mocidade era pela implantação desse regime oportunamente. Por sua alta recreação, dando belíssimo exemplo de patriotismo a todos os brasileiros, optou por esta solução a fim de evitar o mar de sangue e até mesmo de lama.

Sacrificou suas prerrogativas e sua posição pessoal para não permitir que o País mergulhasse em sangue, concorrendo, com esta atitude, para a instalação do atual regime parlamentarista.

O Chefe da Nação diz claramente que, nos limites de suas forças, lutará pela consolidação do Regime democrático.

O que devemos fazer é colaborar — nós do Congresso Nacional e prestigiar o atual Governo, prestigiar as obras, e providências vitais e não ficar com aventureirismos sem razões de ser.

Encerrando minhas palavras, espero ter dado ao nobre Senador Paulo Fender as explicações e os esclarecimentos requeridos; em suma, acho justo criarem-se empregos bem remunerados e oportunidades iguais para todos. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Mais nenhum Senhor Senador desejando usar da palavra, suspendo a sessão por 10 minutos a fim de que seja elaborada a Ata.

A sessão é suspensa às 15 horas e 30 minutos e reaberta às 16 horas e 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da presente sessão que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Lembro aos Senhores Senadores que no próximo dia 10 de março, à hora regimental, haverá a primeira sessão preparatória para início da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 4ª Legislatura, a iniciar-se a 15 de março.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu, em 23 do corrente, os seguintes requerimentos.

S/Nº — de Ernesto da Silva, Guarda de Segurança, PL-9, em que solicita férias relativas ao período de 6 de julho de 1960 a 6 de julho de 1961, a partir de 1º de março do corrente ano;

Nº 15-62 — de Teresa Creusa de Góes Monteiro, oficial Legislativo PL-8, em que solicita, em virtude de haver contraído matrimônio, retificação de seu nome para Teresa Creusa de Góes Monteiro Negreiros;

Nº s/nº — de Emmanuel Novais, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita constar de seus assentamentos o certificado de Aproveitamento do Curso de Adestramento para as funções de Escritório do SENAC;

S/Nº — do Serviço Médico do Senado comunicando que João Batista da Costa, Auxiliar de Portaria, PL-10, necessita de trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 do corrente;

Nº 30-62 — de João Alves da Silva, Motorista Auxiliar, PL-10, em que solicita constar de seus assentamentos o tempo de serviço prestado ao Departamento de Polícia Civil do Estado da Paraíba, como Investigador, interino, no período de 11 de novembro de 1948 a 20 de fevereiro de 1951, num total de 924 dias;

S/Nº — do Serviço Médico do Senado comunicando que Dinah Martins Perácio, Auxiliar Legislativo, PL-10, necessita de 30 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 5 de fevereiro do corrente;

Nº 28/62 — de Gilberto Fernandes Alves, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita constar de seus assentamentos o Diploma de Conferência sobre Sistema Fazendário, expedido pelo Ministério da Fazenda;

Nº 41/62 — de Aurea Cornélio da Cunha, Taquígrafo PL-6, em que solicita 4 meses de licença, nos termos do artigo 273 da Resolução número 8-60, a partir de 7 de dezembro de 1961, o salário-família em relação à sua filha Cláudia, a partir de dezembro de 1961;

Nº 40/62 — Maria Teresa Fernandes de Andrade, Taquígrafo, PL-8, em que solicita sessenta (60) dias de licença especial, nos termos do artigo 226 do Regulamento da Secre-

taria, a partir de 13 de fevereiro em curso:

Nº 45/62 — de Darcy Vianna, Motorista Auxiliar, PL-10, em que solicita férias regulamentares, relativas ao período de 21 de maio de 1961, a 21 de maio de 1961, a partir de 8 de março do corrente ano;

Abonou referentes ao mês de fevereiro de 1962 as faltas dos seguintes funcionários:

— de Mary de Farias Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 20;

— de Sylvia Minazi Montavani, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 20;

— de Elzita Lorlay Campos da Paz, Oficial Bibliotecário, PL-6, no dia 19;

— de Victor Rezende de Castro Caiado, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 19;

Considerou como de licença para tratamento de saúde as faltas de Emmanuel Novaes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 27 de fevereiro de 1962 — Mario do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva — Diretora do Pessoal

PORTARIA Nº 14 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, Resolve designar Alberto Pereira da Cunha, Auxiliar Legislativo, Simbolo PL-10, para ter exercício na Diretoria da Contabilidade.

Secretaria do Senado Federal, em 28 de fevereiro de 1962 — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.